

Zélia prevê inflação de 5% até dezembro

104

Helival Rios

A inflação brasileira vai chegar ao final deste ano estabilizada em apenas um dígito, muito abaixo dos atuais níveis, provavelmente, entre 3% e 5%. O número definitivo sobre a previsão oficial da inflação do País vai constar da Carta de Intenções que o governo brasileiro remeterá na próxima quinta-feira ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para formalizar o acordo já anunciado com aquela entidade. O acordo dará direito ao Brasil a um crédito stand by de 2 bilhões de dólares, liberados em seis parcelas — a primeira delas já em dezembro próximo, segundo previu ontem a ministra Zélia Cardoso de Mello, da Economia, durante uma entrevista coletiva concedida à imprensa.

Muito descontraída, sentada num banco perto das árvores embaixo do seu bloco, a ministra Zélia observou que a importância do acordo do Brasil como FMI não está no dinheiro que o País vai receber da linha de crédito especial, mas sim no próprio acordo, que serve de sinal verde para que os outros acordos relacionados à dívida externa, principalmente com o Clube de Paris e com os bancos privados, sejam também concluídos.

"Esse entendimento com o FMI — frisou a ministra — é na verdade o primeiro degrau de uma escada que tem outros degraus importantes, mas que não seriam conquistados sem esse de agora". O acordo com o Fundo, embora já acertado, somente será formalizado por volta de novembro, após pronunciamento final do comitê diretor daquela entidade.

Mas já com o "sinal verde" do FMI, que na prática aprovou o programa econômico brasileiro,

considerando-o coerente e consistente, o Brasil poderá avançar nos outros acordos da dívida externa.

O cronograma básico da negociação da dívida consiste agora, segundo a ministra Zélia, no envio ao FMI da de Intenções; na semana seguinte, o governo inicia as negociações com o Clube de Paris (organismo formado pelos governos dos países desenvolvidos) e com os bancos privados.

A ministra explicou que as negociações com o Clube de Paris dependiam de um entendimento com o Fundo Monetário, enquanto as negociações com os bancos privados dependiam do término das consultas aos seus representantes enviados a Brasília. Ao todo, foram ouvidos 12 bancos, de um total de 700 credores externos do País. Os que foram ouvidos, contudo, são os credores mais importantes.

A de Intenções que o governo brasileiro enviará na próxima quinta-feira ao FMI, será acompanhada do relatório técnico elaborado no Brasil pelos técnicos da missão do Fundo que aqui trabalharam por 30 dias, levantando números das contas nacionais e checando a consistência do programa de estabilização econômica do atual governo.

A de Intenções constará de um resumo do Plano Collor, traçando ainda cenários para o futuro. A ministra Zélia disse que a carta conterá várias metas quantitativas, entre elas as que dizem respeito à inflação, que podem vir apresentadas de uma forma implícita, ou seja, embutidas em outros prognósticos e indicadores.

Superávit

O superávit público previsto para este ano, segundo a ministra Zélia, será apresentado na carta em duas versões — com e sem a in-



Zélia diz que previsão oficial de inflação está na carta que será enviada quinta-feira ao FMI

clusão das receitas do programa de privatização. Sem a receita da privatização, o superávit operacional do setor público será de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), e de 1,22% com aquela receita.

A carta prevê uma pequena recessão para 1990, que a ministra não quis revelar, e uma taxa de crescimento da economia de 3% para 1991.

Diferença

A diferença básica do atual acordo feito pelo governo com o

FMI e os acordos dos governos anteriores, segundo a ministra Zélia, está no fato de o FMI não ter apresentado um acordo para ser cumprido pelo Brasil.

"Nós já chegamos com um programa pronto e em execução, e por isso, pudemos avançar na discussão, por exemplo, para a capacidade de pagamento do País. O acordo a ser ainda formalizado com o FMI — ressaltou Zélia — não prevê cláusulas que não possam, efetivamente, ser cumpridas. Nós não vamos

pagar um valor de débitos que gere inflação e/ou recessão no País. Vamos pagar o que pudermos pagar. O FMI — disse a ministra — acatou plenamente essa nossa posição".

Atrasados

A ministra Zélia Ressaltou ainda que não foi feita, durante as negociações com o FMI, qualquer vinculação no acordo firmado com aquela entidade e o pagamento dos atrasados devidos pelo Brasil aos bancos privados, hoje ao redor de US\$ 7 bilhões.

Este assunto, disse a ministra, será objeto das discussões com os bancos privados, e não com o FMI. Negou ainda a ministra que o crédito de US\$ 2 bilhões concedido pelo FMI ao Brasil, destine-se ao pagamento dos atrasados com os bancos. "Esse dinheiro, explicou a ministra, irá se incorporar às reservas internacionais do País".

Acompanhamento

A de Intenções a ser dirigida pelo Brasil ao FMI prevê que aquela entidade faça um acompanhamento do programa de estabilização econômica do País, que deve ser trimestral, no entendimento da ministra. A Carta também ficará sujeita a revisões, e a primeira delas ocorrerá já nos próximos dias, após o Congresso Nacional aprovar a revisão do orçamento de 1990 e o orçamento de 1991, de modo que o Comitê Diretor e o board do FMI possam apreciar números atualizados, compatíveis com as modificações orçamentárias determinadas pelo Congresso. A ministra entende que a de Intenções brasileira deverá estar definitivamente aprovada pelo Comitê do Fundo até o final da primeira quinzena de outubro.

Ainda no final da próxima semana, após o envio da Carta de Intenções do governo brasileiro a Washington, a ministra Zélia fará um pronunciamento sobre a dívida externa brasileira, em cadeia nacional de rádio e televisão.

O objetivo básico de todos esses acordos da dívida externa — explicou Zélia — é o de garantir a reversão do quadro herdado pelo atual governo, que tinha no Brasil um "exportador" líquido de capitais para os países desenvolvidos. O País, segundo a ministra Zélia, tem de receber mais dólares do que aquilo que manda para fora.